

Minuta do PCC

Enquadramento dos servidores de nível fundamental não é inconstitucional

Argumento da reitoria não é comprovado no processo referente à minuta

Mais um ponto a favor dos trabalhadores técnico-administrativos da Uerj: não há parecer que alegue inconstitucionalidade no enquadramento dos servidores de nível fundamental, incluídos na minuta do PCC, como o reitor Ricardo Vieiralves havia informado.

Depois de algumas idas e vindas, na segunda-feira, dia 22, o Sindicato se reuniu com a ouvidora geral da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT), Eliane Barbosa, e pode, juntamente com ela, observar que nenhum dos pareceres – nem da Uerj, nem da SECT e nem da Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos (Subre) – apontam inconstitucionalidade no enquadramento dos cargos de nível fundamental.

Outro fato também intrigou a direção do Sintuperj e a própria ouvidora, foi a constatação de que no documento assinado pela assessora técnica da Subre, Solange Batista, ela deixa claro que passaria a analisar apenas cinco cargos, de acordo com decisões de instâncias supe-



Silvana Sá

Direção do Sintuperj em reunião com a ouvidora da SECT, Eliane Barbosa, e a assessora da Ouvidoria, Nancir Sathler

riores. Veja o trecho abaixo, transcrito da análise formal feita pela assessora:

“Tendo em vista decisão firmada entre as instâncias hierárquicas superiores desta Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e dessa Universidade, da Minuta apresentada neste processo,

somente serão analisadas as questões que se referem a alguma efetiva distorção de enquadramento de cargos na tabela atual, descartando-se todas as propostas que se referem à alteração da tabela de vencimentos em vigor (...) Ou seja, da nova Minuta somente poderá constar revisão do Anexo II da Lei nº 4.796/2006”.

Questão é vontade política

A ouvidora Eliane Barbosa afirmou que há empenho do secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, em conseguir que a minuta seja implantada na íntegra, tal como foi aprovada pelo Conselho Universitário. O próprio Alexandre Cardoso, em reunião realizada com o Sindicato, afirmou diante do reitor que há orçamento para

o enquadramento dos 814 servidores. A procuradora do Estado e assessora jurídica da SECT, Denise Feres Aua, também não identificou inconstitucionalidade quando o processo passou por aquele órgão.

Se há orçamento, se não há inconstitucionalidade e se há “decisão firmada entre as instâncias hierárquicas superiores”, o que fica claro para o Sin-

tuperj é que falta vontade política do reitor Ricardo Vieiralves, que foi quem afirmou ao Sindicato que a Minuta trazia em seu texto inconstitucionalidades, e do governador Sergio Cabral, que já esqueceu de sua afirmação, de que a Uerj é a jóia da coroa do governo do Estado. Ora, governador, só se esta coroa for de latão!

Moção de Repúdio

Os trabalhadores da Uerj, reunidos em assembléia geral convocada pelo Sintuperj, no dia 28 de maio do corrente ano, repudiam a atitude do atual diretor do Campus Regional de Resende que transferiu de setor o servidor técnico-administrativo Luis Henrique Ramos, coincidentemente após o companheiro ter sido eleito representante sindical de base. Este gesto pode ser entendido como uma clara demonstração de pouco

apreço às práticas participativas e postura autoritária na gestão do diretor do Campus Regional de Resende (CRR).

A realização de eleições diretas para a direção das Unidades Acadêmicas, conquista democrática da mais alta relevância na vida universitária, não pode ser maculada com atitudes desse tipo, devendo a comunidade colocar-se na linha de frente do combate ao autoritarismo. Anos foram necessários

para varrer da sociedade brasileira a intransigência contra as diferenças de opinião política que perseguiu todos aqueles que lutavam por um Brasil livre. Nosso compromisso com essa memória de luta não nos deixa calar diante de tais fatos.

**Trabalhadores
técnico-administrativos da Uerj**

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2009.

Universidade de São Paulo

Moção de Repúdio à violência policial da USP

As diretorias da Associação de Docentes da Uerj (Asduerj), do Diretório Central dos Estudantes da Uerj (DCE/Uerj) e a coordenação do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (Sintuperj) repudiam a atitude da re-

itora Suely Vilela de convocar a Polícia Militar ao "Campus" da USP para reprimir o movimento legítimo e pacífico de trabalhadores e estudantes daquela universidade. As entidades representativas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro condenam também a

anuência do governador José Serra com a ação das forças de repressão do Estado contra estudantes e servidores públicos.

SINTUPERJ
ASDUERJ
DCE-UERJ

Assembleia Geral

Veja as deliberações da assembleia do dia 18

A assembleia geral dos servidores técnico-administrativos, realizada no dia 18, deliberou importantes ações. Algumas já foram realizadas, como a vigília em frente à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Veja abaixo as deliberações:

- Manutenção do Estado de Greve;
- Cobrar ao reitor, por escrito, a convocação de sessão do Conselho Universitário;
- Indicativo de paralisação de 24h a ser deliberado na próxima assembleia;
- Vigília às 9h em frente à Secretaria de Ciência e Tecnologia, pela implantação da minuta do PCC na íntegra. Logo após, ida à Seplag para audiência pública com Sergio Ruy, secretário de Planejamento e Gestão. A atividade faz parte da agenda do MUSPE
- Participação de representantes das categorias que estão inseridas na minuta do PCC nas reuniões que tratarem do tema;
- Intensificar a luta pela isonomia salarial entre os cargos de técnico-administrativo de nível superior e professores auxiliares e preparação de instrumento jurídico para exigir a isonomia entre as categorias;
- Confeção de faixas para repudiar as atitudes da reitoria;
- Indicativo de reunião com a com a Asduerj para discutir campanha salarial;
- Indicativo de ato conjunto em julho sobre campanha salarial, concurso, minuta etc.